



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Ata da Sessão Pública para debater sobre regularização fundiária reúne sociedade civil e entidades técnicas

Aos (11) onze dias do mês de abril do ano de 2025, às 10:00hrs (dez) horas, sob a presidência e propositura desta sessão do vereador Luciano Marinho, reuniu-se a Câmara Municipal de Maceió situada na Rua Sá e Albuquerque, número 564, bairro Jaraguá nesta capital. Sendo realizada de forma híbrida, presencial e remota. O senhor presidente convidou para compor a Mesa dos trabalhos: o senhor Norlan Dowell - diretor-geral do CAU/AL, senhor Ailton Omena – Conselheiro do CAU/AL, senhor Pedro Barros –Superintendência de Patrimônio da União (SPU), senhora Maria – Representando várias lideranças comunitárias. O senhor presidente destacou que o objetivo desta sessão pública é aprofundar o debate sobre os desafios enfrentados por milhares de famílias maceioenses que vivem em imóveis sem registro formal, e propor caminhos viáveis para garantir o acesso à moradia regularizada, com segurança jurídica e dignidade. A regularização fundiária é fundamental não apenas para assegurar o direito à propriedade, mas também para ampliar o acesso das comunidades a políticas públicas e serviços básicos. “Acredito que esta é uma oportunidade para aprofundarmos a discussão e envolvermos o poder público municipal, com a expectativa de que este debate se expanda para outros municípios. Precisamos buscar soluções concretas para essa população. Arrisco dizer que cerca de 80% da população de Maceió vive em situação que demanda regularização, com



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

base em um estudo realizado pelo CAU/BR”, declarou Norlan Dowell, diretor-geral do CAU/AL. Durante a sessão, foram apresentadas experiências, sugestões e demandas da sociedade civil, evidenciando a necessidade de articulação entre poder público, entidades técnicas e a população. Os representantes do CAU/AL abordaram aspectos técnicos e urbanísticos do processo de regularização, enquanto a SPU destacou os impactos sociais e jurídicos da ausência de políticas efetivas de regularização fundiária. “Maceió concentra uma parcela significativa da população que hoje vive em áreas ocupadas de forma irregular, e a regularização imobiliária é uma pauta que vem sendo cobrada e debatida há muito tempo na Câmara Municipal, sem que até hoje se encontrasse um caminho claro para garantir a essas pessoas o tão sonhado direito de ter seus imóveis regularizados.”, declarou o proponente da audiência pública, o vereador Luciano Marinho. Lideranças comunitárias também trouxeram relatos sobre a insegurança vivida pelas famílias que aguardam há anos pelo reconhecimento legal de suas moradias. A escuta dessas vozes foi um dos pontos altos da audiência, fortalecendo o caráter participativo e propositivo do encontro. “O governo federal, de forma geral, tem uma preocupação muito grande com a regularização fundiária. Entendemos que a propriedade do imóvel é um verdadeiro passaporte para a cidadania. É com o documento do imóvel, com a titulação, que a pessoa passa a ter acesso ao serviço público e a se entender como parte da sociedade e daquele município”, afirmou Pedro Barros, chefe de destinação da SPU.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Ao final da audiência pública, o vereador Luciano Marinho reafirmou o compromisso de encaminhar formalmente as demandas apresentadas e de acompanhar de perto o desenrolar das medidas discutidas. “Essa audiência não termina aqui. Nosso compromisso é seguir acompanhando esse tema de perto, até que a regularização fundiária se torne uma realidade para milhares de maceioenses”, concluiu o vereador. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência pública. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que dato e assino. Maceió, 11 de abril de 2025. Fabíola